

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mariana Mattos Manhães Machado ¹
Marco Antônio Gomes Texeira da Silva ²
Sergio Luis Cardoso ³

RESUMO

A educação inclusiva, no Brasil, é garantida por lei e destinada a todas as modalidades de ensino. Os alunos com deficiência tem direito à um ensino de qualidade e adequado às suas especificidades. Os professores desempenham um papel crucial na inclusão dos alunos com deficiência. Diante disto, o presente trabalho visa investigar a formação inicial de professores do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio de um colégio estadual da cidade de Campos dos Goytacazes em relação à educação inclusiva. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário *online*, com perguntas fechadas, projetadas para captar as informações sobre a formação inicial dos professores e como isso reflete em suas práticas educacionais inclusivas. Vinte e nove professores participaram da pesquisa. Identificou-se que a maioria dos professores não tiveram disciplinas relacionadas a Educação inclusiva em seus cursos de graduação. Os que tiveram, afirmaram que as disciplinas eram teóricas e relacionadas às leis de inclusão e aos tipos de deficiência. Dentre os entrevistados, grande parte se sente pouco preparada para trabalhar com alunos com deficiência em sala de aula. Verificou-se que mais da metade deste grupo de professores não fazem cursos de atualização em educação inclusiva. Nas vezes em que eles tiveram aluno com deficiência em sala de aula, sua prática pedagógica foi baseada em pesquisas que fez na internet e experiências anteriores com outros alunos com deficiência. Identificou-se que em relação aos recursos didáticos mais utilizados em sala de aula os professores usam lousa, caderno e livro didático. Conclui-se que a formação do professor reflete diretamente em sua prática pedagógica e que são necessárias reformulações nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores. Além disso, se faz necessário incentivar os professores a participar de cursos de formação continuada.

Palavras-chave: formação inicial, aluno com deficiência, inclusão, ensino fundamental, ensino médio, dificuldades.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar pode ser compreendida como a garantia de um efetivo processo de escolarização para todo e qualquer aluno, a despeito de suas condições peculiares de aprendizagem. Portanto, inclusão não é só garantia de presença em sala de aula, é atendimento às necessidades apresentadas respeitando as competências

¹ Doutorando do Curso de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, manhmar.92@gmail.com;

² Doutorando do Curso de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, marcoagts@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Química pela UFRJ, Professor Associado (Laboratório de Ciências Químicas) da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, sergio.luis64@gmail.com; cardoso@uenf.br

individuais adequadamente a fim de favorecer uma educação de qualidade a todos os alunos (TASSA, CRUZ e CABRAL, 2023, p. 109).

A educação inclusiva, no Brasil, é garantida por lei e destinada a todas as modalidades de ensino. A declaração de Salamanca de 1994, a Política Nacional de Educação Especial de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (lei nº 13.146) de 2015 garantem a matrícula dos alunos com deficiência na educação regular (BRASIL, 1996; BRASIL, 2012; BRASIL, 2015). Sendo assim, os alunos com deficiência tem direito à um ensino de qualidade e adequado às suas especificidades.

A educação inclusiva é uma realidade do ensino público e privado das escolas do Brasil, portanto cabe à escola adequar-se para atender às necessidades e capacidades do aluno na sala de aula regular, com ações e práticas diversificadas que, além do acesso, garanta também as condições de permanência bem-sucedida no contexto escolar.

Os professores desempenham um papel crucial na inclusão dos alunos com deficiência. Dentre as barreiras associadas à inclusão, as atitudes dos professores representam um fator-chave para que ela aconteça adequadamente. Muitos professores se deparam com alunos com deficiência em sala de aula e não sabem como agir. O professor encontra muitas barreiras para construir o conhecimento e a autonomia dos educandos com deficiência. Os estudantes com deficiência mesmo presentes em sala de aula, muitas vezes ficam segregados na hora da realização das atividades (GARRAD, RAYNER, PEDERSEN, 2018, P. 6; JURY, PERRIN, DESOMBRE, P.8, 2021).

Os professores apresentam dificuldade em ensinar alunos com deficiência no ensino regular e, por isso, alguns procuram formação continuada para se aprimorarem e aumentarem a qualidade do ensino, mesmo já realizando práticas diferenciadas em sala de aula baseadas em sua experiência. A inserção da temática da inclusão escolar no currículo das formações iniciais e continuadas dos professores é urgente (RODRIGUES E CRUZ, 2019, p. 11). Uma vez que, nas formações iniciais existem certas negligências com relação a exploração do conteúdo referente a inclusão (TASSA, CRUZ E CABRAL, P. 101)

Segundo Tassa, Cruz e Cabral (2023 P.103) a formação docente inicial apresenta certas falhas em relação ao trabalho e estudo da educação inclusiva. Os cursos de graduação centram sua aprendizagem na atuação do professor em uma sala de aula homogênea, onde os alunos tem o mesmo nível de aprendizado e de desenvolvimento.

Dessa forma, depois de concluir a graduação, os professores tem que buscar especializações na área de educação inclusiva.

Em resposta a essa problemática, os cursos de Licenciatura alteraram a grade curricular das formações iniciais, acrescentando a disciplina de Libras, como apresenta o decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005:

Art. 3º-A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005; p.1).

Porém, o estudo de Tassa, Cruz e Cabral (2023, p.105) afirma que essa disciplina, muitas vezes, é ministrada apenas por ser de caráter obrigatório, sem qualquer intenção de se discutir a inclusão no contexto escolar. Os cursos acabam por ignorar a presença de diversas outras necessidades, como o braile e técnicas de inclusão (TASSA, CRUZ E CABRAL, 2023, p.105).

Os cursos de Licenciaturas precisam adequar e aproximar os conteúdos curriculares ao contexto educacional, para que os professores que atuam na Educação Básica, não sintam grandes impactos ao se depararem com alunos com deficiência em sala de aula e saibam como incluí-los (TASSA, CRUZ E CABRAL, 2023, p.114).

Diante da dificuldade apresentada pelos professores em ensinar alunos com deficiência, a pesquisa buscou informações sobre a formação inicial dos mesmos e fez correlações com a sua prática em sala de aula atualmente.

Este trabalho tem como objetivo investigar a formação inicial de professores do ensino fundamental – anos finais e do ensino médio de um colégio estadual da cidade de Campos dos Goytacazes em relação a educação inclusiva.

Para a coleta de dados utilizou-se questionário *online* e pesquisa das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura nas universidades públicas de Campos dos Goytacazes.

Identificou-se que a formação inicial dos professores em relação a educação inclusiva é falha e precisa ser reformulada. Isso faz com que a prática do professor em sala de aula não seja adequada.

Além da formação inicial, é necessário que os professores participem de cursos de formação continuada na área de inclusão para que sejam capazes de ensinar de maneira adequada e efetiva alunos com deficiência.

METODOLOGIA

O público-alvo da pesquisa são professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio de uma escola municipal de Campos dos Goytacazes.

Os pesquisadores realizaram um workshop sobre tecnologia e inclusão na escola onde esses professores atuam, os mesmos relataram dificuldades em relação ao ensino inclusivo e por isso eles foram escolhidos para participar desta pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário *online*, formulários *google*. O questionário continha 25 perguntas fechadas, projetadas para captar as informações sobre a formação inicial dos professores e suas práticas educacionais.

Os professores foram convidados para um encontro no google meet, no qual o questionário foi disponibilizado por meio de um Qr-code. Ele ficou disponível de 25 de julho de 2022 até 28 de julho de 2022 e foram obtidas 29 respostas.

Os dados foram analisados estabelecendo as frequências/porcentagens

Por questões éticas o nome da escola e dos professores serão preservados. Todos os professores concordaram em participar da pesquisa por meio de termo livre e esclarecido.

A quantidade de professores participantes representa quase a totalidade de professores dessa escola mas não chega a ser representativa da cidade de Campos dos Goytacazes.

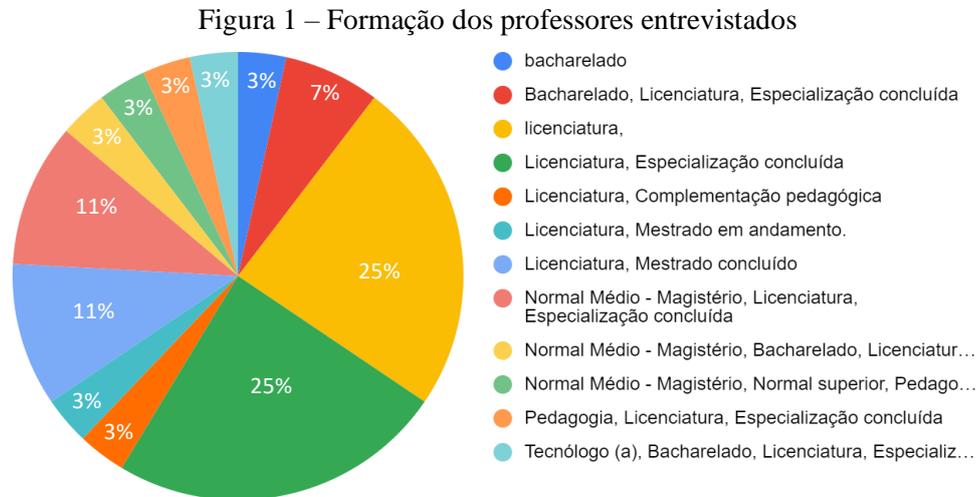
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público alvo desta pesquisa tinha idade que variava dos 25 anos até os 65 anos. 10% tinha entre 25 e 35 anos; 42% entre 36 e 45 anos; 31% tinha entre 46 e 55 anos e 17% tinha entre 56 e 65 anos. Percebe-se que grande parcela do grupo tinha mais de 40 anos.

A maioria (72%) dos professores entrevistados eram do sexo feminino.

Foi identificado que os professores são experientes, 24% deles tem entre 5 e 10 anos de experiência, 14% tem entre 11 e 15 anos de experiência, 24% possui entre 16 e 20 anos de experiência e 38% tem mais de 21 anos de experiência.

O perfil de formação dos professores entrevistados é variado porém identificou-se que grande parte possui pelo menos o curso de licenciatura, conforme mostrado na figura 1.



Em relação ao tempo em que concluiu a última formação, 14% dos professores têm menos de 5 anos, 31% tem entre 5 e 10 anos, 28% tem entorno de 15 anos, 10% tem por volta de 20 anos e 17% mais de 26 anos que terminou a última formação.

Nota-se que os professores possuem boa formação, eles além de terem graduação, tem também cursos de pós-graduação. Porém, identificamos que a maioria tem mais de 10 anos de formado e não estão fazendo cursos de atualização.

Dos 29 professores, 65% não tiveram disciplinas sobre educação inclusiva na graduação, 14% tiveram apenas 1 disciplina, 7% tiveram 2 disciplinas e 14% tiveram mais de 2 disciplinas. Identifica-se que a maioria dos professores não cursaram disciplinas sobre educação inclusiva durante a sua formação inicial.

Dos 10 professores que tiveram disciplinas sobre educação inclusiva, 50% afirmaram que as disciplinas foram totalmente teóricas e que abordava as leis de inclusão, 20% Totalmente teórica - abordava os tipos de deficiência e as leis de inclusão, 20% tiveram Libras e apenas 10% tiveram disciplinas teóricas e práticas que abordavam além das leis e tipos de deficiência, a didática com os alunos com deficiência.

Percebe-se que mesmo tendo disciplinas em relação à educação inclusiva elas deixam a desejar em relação à prática do professor em sala de aula com os alunos com deficiência. A formação desses professores foi voltada para a parte teórica e não preparou os professores para ensinar os alunos com deficiência. Dentre os entrevistados, 14% dos

professores afirmaram se sentirem despreparados, 62% se sentem pouco preparados e 24% preparados para trabalhar com alunos com deficiência

Este dado corrobora com Tassa, Cruz e Cabral (2023, p. 113) que afirmam “*a lacuna nos cursos de Licenciatura com relação a área da inclusão acaba por afetar as práticas futuras desses professores em formação*”.

A formação dos professores se reflete em sua prática pedagógica, em relação aos alunos com deficiência, 40% afirmaram que a sua prática pedagógica é baseada em pesquisas que faz na internet, 32% se baseam em experiências anteriores com outros alunos com deficiência, 8% em técnicas que aprenderam em capacitações, 8% em técnicas que aprendem na graduação, 4% seguem sugestões da coordenação e 8% se baseam em um pouco de cada uma das alternativas anteriores.

Em relação aos recursos didáticos utilizados com mais frequência em sala de aula, 80% usam lousa, caderno e livro didático. Metade afirmou usar vídeos e 40% usam jogos.

Segundo Santos e Lima (2020, p.67), *a formação de professores para uma escola inclusiva não deve estar restrita à formação inicial em nível de Licenciatura, mas requer uma continuidade ao longo do exercício profissional do docente.*

Sendo assim, são necessários cursos de atualização em educação inclusiva. Indagou-se os professores em relação a participação deles em cursos de formação continuada e obteve-se que 28% dos professores afirmaram que não participam de cursos, 34% participam ocasionalmente; 24% participam algumas vezes; 7% participam geralmente e apenas 7% fazem sempre que é ofertado ou pelo menos um por ano. Há uma baixa participação dos professores em cursos de formação continuada, seja por falta de tempo, incentivo ou interesse.

Na cidade de campos dos Goytacazes, há várias universidades públicas e privadas, dentre elas temos 3 públicas que formam muitos professores e por isso daremos destaque a elas. São elas: a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto Federal Fluminense (IFF).

A atual matriz curricular do curso presencial de Pedagogia e de Licenciatura em biologia da UENF apresenta as disciplinas Educação inclusiva e direitos com 68 horas de aulas teóricas e Libras: Inclusão educacional da pessoa surda ou com deficiência auditiva com 34 h de aula teórica e 34 h de aula prática. A disciplina Educação inclusiva e direitos foi incluída na matriz no ano de 2020.

Nos cursos de Física, Matemática e Química também da UENF há apenas a disciplina de “Libras: Inclusão educacional da pessoa surda ou com deficiência auditiva” voltada para o ensino inclusivo também com 34 h de aula teórica e 34 h de aula prática.

O curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia), Letras, Geografia e Matemática do IFF tem 40 h de aula de Libras. Não foi identificado outra disciplina que trate de inclusão.

Já o curso de licenciatura em História da UFF também tem Libras, só que com 30 horas aula.

Identifica-se que a matriz curricular dos cursos de licenciatura atualmente, ainda aborda pouquíssimo a educação inclusiva e suas práticas em sala de aula. O que se tem nas matrizes é a presença da disciplina de Libras por ser de caráter obrigatório. Se faz necessário implementar mais disciplinas sobre educação inclusiva na matriz curricular dos cursos de Licenciatura (formação inicial dos professores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a formação do professor reflete diretamente em sua prática pedagógica e que são necessárias reformulações nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores. Além disso, se faz necessário incentivar os professores a participar de cursos de formação continuada pois, são necessárias adequações na prática do professor para incluir os alunos com deficiência.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e aos professores da escola por participarem da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Planalto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil-03/leis/L9394.htm>> Acesso em 12 set. 2024.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012.** Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 15 set. 2024.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 17 set. 2024.

GARRAD, Traci-Ann; RAYNER, Christopher; PEDERSEN, Scott. Attitudes of Australian primary school teachers towards the inclusion of students with autism spectrum disorders. **Journal of Research in Special Educational Needs (JORSEN)**. v.19, n.1, p. 1-10. 2018.

JURY, Mickael; PERRIN, Anne-Laure; DESOMBRE, Caroline; Teachers' attitudes toward the inclusion of students with autism spectrum disorder: Impact of students' difficulties. **Research in Autism Spectrum Disorders(Elsevier)**. n.83. p. 1-12, 2021.

RODRIGUES, Amanda Séllos; CRUZ, Luciana Hoffert Castro. Desafios da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino de Ciências e Biologia. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. v.11, n.25, p. 413-425, set-dez. 2019

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; LIMA, Paulo Gomes. A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. **Revista Docent Discunt**. V. 1, n. 1, p. 63-70, 2020

TASSA, Khaled Omar Mohamad El; CRUZ, Gilmar de Carvalho; CABRAL, Jeniffer Javorski. Educação Inclusiva e o curso de formação de docentes: desafios e relatos de experiência. **Boletim de Conjuntura(BOCA)**. Ano V, vol. 14, n. 41, 2023